

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS PARA A CIDADANIA

SYLVIA FERNANDA ALVES DE LIMA LOPES*
ILDA CHICALÉ ATAURI**

RESUMO

O tema foi escolhido para se conhecer a responsabilidade social e as intervenções do Serviço Social nos projetos desenvolvidos pelas empresas que implementam tais práticas. Este é um estudo qualitativo, no qual foi utilizada a técnica de coleta de dados em entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, utilizando-se de formulário. O universo foi composto por quatro empresas. O objetivo geral foi conhecer a atuação do Serviço Social organizacional, relacionadas aos projetos sociais desenvolvidos no foco da responsabilidade social. Os objetivos específicos foram: identificar o significado da responsabilidade social para o Serviço Social; conhecer os motivos pelos quais as empresas assumem práticas de responsabilidade social e constatar os projetos sociais desenvolvidos pela área do Serviço Social. O resultado da pesquisa desvelou este novo campo de ação profissional e a inserção do assistente social no mesmo. Percebeu-se que o espaço ainda não é muito explorado pelos assistentes sociais e que parte do empresariado desconhece as possibilidades de atuação desse profissional. Evidenciou-se a necessidade, por parte dos profissionais do Serviço Social, de um intenso trabalho de marketing da profissão, que proporcione ao empresariado, o conhecimento das múltiplas possibilidades de atuação dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Globalização. Neoliberalismo. Transformações no mundo do trabalho.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1979), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço de Bauru mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

ABSTRACT

The option for this theme came from the necessity of knowing social responsibility the Social Service interventions face to the projects developed by the organizations that implement this practices. It's a qualitative study, for which it was used the technique of data collecting through semi-structured interviews, with open and closed questions, using a form. The universe was composed by 4 companies. The goal of the work was the knowing of performing Social Service, specially related to social projects developed with focus of social responsibilities. The specific objectives of this research were: identify the meaning of social responsibility for the modern organizational Social Service; knowing the reasons why companies take actions of social responsibility and check the actions and projects developed by the area of Social Service. The result of the research show this new field of professional performance and the importance of the insertion of this professional in this field. It was realized that the areas not correctly explored by social assistants yet and that part if enterprisers do not know the possibilities of acting of this professional. It was clear the necessity of development, by the professionals of Social Service, intensive work on marketing of the profession, that provides to the companies, the knowledge of its multiple possibilities of acting.

Key Words: Globalization. Neoliberalism. Work World Transformations.

1 INTRODUÇÃO

Falar em responsabilidade social, suscita em muitas pessoas, a lembrança das práticas de filantropia, pela deturpação que se faz ao ato de contribuir através de ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. É erroneamente confundida com ações filantrópicas, ações pontuais e diversas ao objeto de negócio da empresa. Tais ações podem fazer parte da responsabilidade social empresarial, porém, por si só, não fazem dessa, uma empresa socialmente responsável.

As ações filantrópicas são descontínuas, individuais, voluntárias, visando a caridade, sendo, portanto, assistencialista, podendo ser executada por qualquer um. A responsabilidade social contribui com um grupo de pessoas ou com a comunidade.

As ações no âmbito da responsabilidade social, são implementadas com vistas à busca da cidadania, resgatando valores e a dignidade humana, contribuindo para a geração de emprego e renda, tem continuidade, são estrategicamente planejadas, enfim, fazem parte de uma ação coletiva. Dentro de uma empresa na qual são desenvolvidos projetos no foco da responsabilidade social, investindo-se em educação, saúde, lazer e meio ambiente, deve ser despertado no colaborador, o exercício da cidadania, que é fundamental para o trabalho com o coletivo, incluindo-se aí, a comunidade onde está inserida a empresa. Esta é uma nova tendência de modelo de gestão empresarial embasada na valorização de pessoas e conhecimentos, é gestão participativa, onde circula a informação e a busca de soluções para os problemas acontece de forma coletiva.

O mundo empresarial esforça-se para tornar-se cada vez mais parceiro, mais praticante de princípios da responsabilidade social, pois, tais práticas contribuem para fidelizar o cliente e manter o quadro de colaboradores mais motivado e produtivo. Já se diz que o conceito de empresa cidadã não é mais um conceito filosófico e abstrato que leva à prática de ações socialmente responsáveis; agora está se tornando um dever.

A busca das empresas por uma atuação com responsabilidade social é premente para sua própria existência, pois o consumidor passa a exigir as práticas sociais responsáveis uma vez que a comunidade mundial é afetada, não se tratando de liberalidade das organizações industriais. Vê-se, pois, que as indústrias estão protegendo seu mercado e se possível, ampliando-o; para tanto, precisam manter seu quadro de colaboradores satisfeito com as condições de trabalho, ou seja, envolvê-los nos seus projetos e práticas de responsabilidade social, de forma a produzirem mais e melhor, com salários razoáveis de serem pagos e de serem recebidos. Usem o artifício que usarem, a questão é a proteção dos seus consumidores,

ou melhor, de sua fatia de mercado.

Tantas modificações obrigam as indústrias a se adaptar, como já foi dito, fazendo com que as mesmas invistam mais do que nunca, no desenvolvimento de novas tecnologias para os novos produtos, que já não podem utilizar-se dos mesmos conceitos para sua criação e existência. A busca do lucro continua, portanto, os produtos devem adequar-se à nova realidade, aos novos consumidores, os chamados “consumidores verdes”. Observa-se então, a possibilidade de manipulação do mercado pelos consumidores, ou seja, eles aparentemente estão ditando o que deve ser produzido, o que desejam consumir. Numa visão crítica, percebe-se que é o mercado quem cria as necessidades e através de um marketing cada vez mais permeado por conceitos atrativos, faz com que o público pense estar dizendo o que quer, quando na realidade ocorre o contrário, como um ventríloquo e seu boneco em ação. Enfim, é caso de sobrevivência da espécie humana.

A globalização aliada ao neoliberalismo, traz à luz um Estado que a cada dia se ausenta mais de seus deveres, jogando para a sociedade obrigações que são de seu escopo; esta se adapta como pode ou quer o mercado, criando com este, parcerias, nas quais eventualmente entra o Estado via repasse de verbas, por exemplo, são as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), que buscam atender as demandas detectadas no âmbito social. Daí as práticas de responsabilidade social, fazendo muitas vezes, as empresas como parceiras da sociedade (financiamento de projetos e/ou programas).

Surge a pergunta: e o Serviço Social como profissão interventiva, no meio das contradições, conflitos e interesses existentes na sociedade? Ora, esse, o espaço da empresa, ONGs, todo o Terceiro Setor, são campos férteis e não-desbravados, necessitando de profissionais que tenham o perfil do Serviço Social na contemporaneidade, de efetivação de direitos, de acesso à cidadania e ousa-se dizer, de pilar na construção e no desvelamento das transformações societárias para uma sociedade mais justa e igualitária.

Espera-se desses profissionais, a coragem de um desbravador, de um construtor criativo, mediador, intervindo sem ilusões, gerindo projetos, mas mantendo a utopia no coração e mente; no meio pantanoso das relações sociais entre Estado, donos dos meios de produção e vendedores de sua força de trabalho, o povo.

Reconhecendo a importância das ações sócio-empresariais evidenciadas na sociedade, surgiu o interesse em desvelar a responsabilidade social empresarial e os projetos sociais desenvolvidos pelo Serviço Social visando a qualidade de vida dos colaboradores.

O objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer a atuação e possibilidades do Serviço Social organizacional contemporâneo, especialmente em relação aos projetos sociais desenvolvidos no foco da responsabilidade social, que visem a melhoria da qualidade de vida

dos sujeitos, quer clientes internos, externos ou população das comunidades circunvizinhas. Os objetivos específicos foram : identificar o significado da responsabilidade social para o Serviço Social contemporâneo e conhecer os motivos pelos quais as empresas assumem práticas de responsabilidade social.

Este estudo teve como hipótese que o Serviço Social organizacional está ampliando sua atuação neste novo espaço ocupacional de forma cada vez mais eficiente e eficaz. Considerando-se que a realidade é dinâmica e conseqüentemente as demandas, a categoria profissional do Serviço Social apresenta-se em constante evolução ampliando o campo de intervenção, comprovando-se pela evolução profissional, tornando cada vez mais comum encontrar esse profissional em campos ou atividades até então cerrados e restritos a outros profissionais. O Serviço Social Organizacional atuante nos projetos sociais da empresa, focado na responsabilidade social empresarial, é exemplo do redimensionamento profissional, dando uma visão geral dessa forma de inserção e atuação do assistente social no referido campo.

Para o embasamento teórico, foi desenvolvido um estudo mais aprofundado sobre o tema, buscando-se diferentes autores que enfatizaram o significado de responsabilidade social empresarial, os projetos sociais desenvolvidos neste foco de atenção e o serviço social organizacional contemporâneo.

As práticas de responsabilidade social levam a repensar todos os valores da organização, levando-as a se adequarem à nova ordem social, realizando ações que efetivamente promovam a responsabilidade social e a sustentabilidade, sendo este um diferencial competitivo entre essas empresas e as que não adotarem tais práticas.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social, segundo Atauri (2001, p.20), refere-se em síntese, num comprometimento voluntário das empresas com seus diversos públicos. Portanto, não é suficiente estar em dia com seu aspecto legal e com o desempenho dos negócios que objetivam uma maior produtividade e lucratividade.

Assim, espera-se das empresas, que ao voltar suas ações e práticas como responsabilidade social, faz-se necessário, em primeiro lugar, tratar e/ou atentar para o desenvolvimento humano, que diz respeito ao conjunto de trabalhadores ou colaboradores das organizações empresariais.

Em síntese, a empresa deve valorizar o seu corpo funcional com vistas a promover uma melhor qualidade de vida dos funcionários, através de programas e projetos que

atendam as necessidades sociais básicas dos mesmos, tais como: cultura, lazer, saúde, educação, etc. Entende-se que a primeira responsabilidade social deve existir em relação aos empregados da empresa, que se satisfeitos em suas necessidades (básicas) primordiais, estarão agradecidos, produzirão mais e com boa vontade colaborarão nos programas de responsabilidade social, quando lhes for solicitada.

Segundo Vasconcelos (2001, p.27), qualidade de vida é ferramenta de gestão, porém com dificuldades à implantação de programas de qualidade de vida no trabalho (QVT) nas organizações. Existem as perspectivas e desafios para a consolidação da QVT, porém, o ambiente de trabalho deverá transformar-se em um local agradável, onde se possa ir com satisfação e alegria na execução das atividades profissionais.

Walton (apud Rodrigues, 2001, p.81), considera que:

a expressão qualidade de vida tem sido usada com frequência para descrever certos valores ambientais e humanos, negligenciados pelas sociedades industriais em favor do avanço tecnológico, da produtividade e do crescimento econômico.

Conforme França (apud Vasconcelos, 2001, p.29):

A origem do conceito de qualidade de vida vem da medicina psicossomática que propõe uma visão integrada, holística do ser humano, em oposição à abordagem cartesiana que divide o ser humano em partes.

No contexto do trabalho, esta abordagem pode ser associada à ética humana. Esta ética busca desde a identificação, eliminação, neutralização ou controle de riscos observáveis no ambiente físico, padrões de relações de trabalho, carga física e mental requerida para cada atividade, implicações políticas e ideológicas, dinâmica de liderança empresarial e do poder formal até o significado do trabalho em si, relacionamento e satisfação no trabalho.

Ainda segundo França (apud Vasconcelos, 2001, p.80):

Qualidade de vida no trabalho (QVT) é o conjunto das ações de uma empresa que envolvem a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo, o que chamamos de

enfoque biopsicossocial. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para a realização de diagnóstico, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa.

Para Dias da Silva e De Marchi (1997, p.28), existem vantagens na adoção de programas de qualidade de vida:

A adoção de programas de qualidade de vida e promoção da saúde proporcionariam ao indivíduo, maior resistência ao estresse, maior estabilidade emocional, maior motivação, maior eficiência no trabalho, melhor auto-imagem e melhor relacionamento. Por outro lado, as empresas seriam beneficiadas com uma força de trabalho mais saudável, menor absenteísmo / rotatividade, menor número de acidentes, menor custo de saúde assistencial, menor produtividade, melhor imagem e, por último, um melhor ambiente de trabalho.

A análise dos conceitos Qualidade de Vida (QV) e QVT dos vários autores acima citados, desvela a origem dos mesmos e sua utilização pelas organizações empresariais, ou seja, a motivação das mesmas em implantar programas dessa natureza, não esquecendo porém, os efetivos benefícios percebidos pelos colaboradores.

Segundo O'Donnell (apud Atauri, 2000, p.29), nos anos 60 qualidade de vida enfocava a inspeção, a detecção de problemas e as metodologias de medição. Nos anos 70, preocupava-se com a “relação cliente-fornecedor e o Papel dos Recursos Humanos”. Nos anos 80, enfatizava-se o controle dos “processos e círculos de qualidade”. Nos anos 90, concentrava-se na carência do tecnicismo.

Na atualidade, muitos empresários têm percebido que melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores e de suas famílias torna a empresa mais saudável, competitiva e produtiva.

Após um período no qual a febre tecnológica atingiu o mundo, as organizações souberam que seu grande capital é o homem, portanto, quanto melhor suas condições de trabalho e vida, mais lucrativa será a empresa. Para além do conhecimento técnico, o grande diferencial, hoje, é a motivação e o comprometimento dos colaboradores com a qualidade e excelência do trabalho realizado.

Neste novo cenário, desenvolver programas de qualidade de vida é tão importante quanto desenvolver processos de qualidade total.

O principal motivo para se investir em qualidade de vida é a própria sobrevivência da

empresa. As transformações trazidas pela tecnologia estão se transformando muito velozmente, fazendo com que o momento atual seja recoberto de incertezas e instabilidades. Nesta época de valorização do individualismo, a tendência observada em todos os setores é pelo resgate do lado humano, pois para crescer é necessário qualidade e excelência no que se faz, sendo possível apenas quando se leva em conta o principal capital de uma empresa, seus recursos humanos. Portanto, além do conhecimento técnico, o grande diferencial é a motivação e o comprometimento com o trabalho, que obviamente tem relação direta com a satisfação.

A insatisfação baixa a tolerância, traz fracassos e a percepção de desrespeito à dignidade e aos anseios profissionais, que surgem com a baixa remuneração e um ambiente de trabalho ruim. Uma das conseqüências é o estresse surgido também em decorrência das pressões onde o grau de ocupação é elevado, o poder decisório é baixo e o colaborador perde a percepção da importância de seu trabalho.

Aparece, neste momento, a preocupação da empresa com a saúde e a qualidade de vida de seus colaboradores. Torna-se necessário fazer o colaborador perceber a importância de seu trabalho na organização e a possibilidade de influir no processo produtivo, senão haverá quebra de produtividade, aumento de estresse e até problemas com drogas.

Para implantar programas de qualidade de vida dentro de uma organização, é necessário estimular a criatividade e cooperação, transformando a política de sucesso a qualquer preço, que premia o individualismo e a competição a qualquer preço. A excelência deve ser buscada com a consciência de que foi feito o melhor que poderia ser feito.

Organizações tem desenvolvido programas através de campanhas de comunicação, conscientização e sensibilização para melhoria do estilo de vida e realização de atividades que proporcionem e estimulem o envolvimento do colaborador e seus familiares em atividades saudáveis do ponto de vista físico e emocional. As ações abrangem as áreas de cultura, lazer, saúde, alimentação e obras comunitárias.

Os principais objetivos são a criação de hábitos e responsabilidade sobre a saúde integral, reforçar a habilidade para se trabalhar em equipe e a criação de oportunidades de crescimento pessoal e profissional, melhorando a qualidade de vida dos colaboradores e, por conseguinte, a própria organização.

Acredita-se no talento, desenvolvimento e satisfação dos colaboradores como importante ferramenta para a elevação da qualidade dos produtos e serviços internos e externos. Entende-se que investir em qualidade de vida é investir nas pessoas, hoje consideradas o principal ativo de uma empresa. Desvela-se, segundo Ashley (2002, p.29), o conceito de balanço social como instrumento de medição e concretização da

responsabilidade social da empresa e da participação dos envolvidos na atuação empresarial. A perspectiva contábil trazida pelo Balanço Social faz com que este se assemelhe a um balanço econômico, que consiste fundamentalmente na somatória de valores gastos nas ações consideradas sociais pela empresa. Essa visão mede somente as despesas originadas na obrigação legal (previdência e seguridade social, legislação trabalhista, etc) ou em atividades filantrópicas dos dirigentes das empresas.

As diversas abordagens conceituais originaram uma multiplicidade de metodologias operacionais, acrescentando-se, portanto, informações e observações da caminhada de grandes grupos empresariais à responsabilidade social corporativa.

Segundo Abreo (1998, p.18), as transformações sócio-econômicas dos últimos 20 anos afetaram profundamente o comportamento das empresas, acostumadas à exclusiva maximização dos lucros. O setor privado destaca-se cada vez mais na criação de riquezas; entretanto, é bem sabido que com grande poder, vem grande responsabilidade. Em função da capacidade criativa já existente, dos recursos financeiros e humanos já disponíveis, as empresas têm uma intrínseca responsabilidade social.

A idéia de responsabilidade social incorporada aos negócios, portanto, é relativamente recente e, com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, as empresas vêem-se forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações.

Infelizmente, esse conceito ainda é muito confundido com filantropia, mas as razões por trás desse paradigma interessam ao bem estar social e envolvem melhor desempenho nos negócios, trazendo como consequência, maior lucratividade. A busca da responsabilidade social corporativa no âmbito das organizações tem, características como:

- É plural. Empresas não devem satisfações apenas aos seus acionistas. Muito pelo contrário. O mercado deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. Empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.
- É distributiva. A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado por fatores ambientais ou sociais, mas o conceito é de interesse comum e, portanto, deve ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo.

Assim como consumidores, empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos.

- É sustentável. Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também traz o conceito à uma escala de maior amplitude. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e por fim leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.
- É transparente. A globalização traz consigo demandas por transparência. Não mais nos bastam mais os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes. Nesse sentido, empresas serão obrigadas a publicar relatórios anuais, onde sua performance é aferida nas mais diferentes modalidades possíveis. Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos prevêm que relatórios sócio- ambientais serão compulsórios num futuro próximo.

O debate sobre a responsabilidade social empresarial já foi desenvolvido pelo mundo afora e o Brasil tem dado passos largos no sentido da profissionalização do setor e da busca por estratégias de inclusão social através do setor privado.

2.1 Um breve histórico da responsabilidade social empresarial

O objetivo deste item é refletir e compreender a temática Responsabilidade social, tomando como referência a historicidade, conceitos, definições que constituem a Responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, dando ênfase nas transformações que vivenciamos na atual conjuntura.

A seguir, alguns conceitos contemporâneos sobre Responsabilidade Social.

A responsabilidade social empresarial é conceituada pelo Instituto Ethos (2004,p. 01) como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo

estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

Segundo a concepção de Esteves (2000, p.11), a preocupação de muitas pessoas com o atual estado de coisas, ocasionou um diálogo sobre uma nova visão de mundo e na qualidade de vida que se pode construir para o hoje e para o amanhã às gerações futuras. A responsabilidade social nos negócios é matéria recente como foco de processos decisórios de gestão. Não é algo paralelo aos negócios, que só se percebe na implementação de programas do Terceiro Setor. Embora esses programas sejam importantes, é necessário que as ações e decisões humanas deixem de alimentar os problemas estruturais da sociedade contemporânea.

Acredita Esteves, que a responsabilidade social empresarial tem sua maior relevância quando é traduzida também, uma série de ações práticas minimizadoras dos impactos decorrentes do jeito de ser e estar no mundo, de fazer negócios, dos propósitos e valores das próprias iniciativas. Em suma, a responsabilidade social é construída na infra-estrutura e na cultura das organizações. Essa responsabilidade não é patrocinada pelas empresas, mas compartilhada pelas pessoas. Conforme aponta Esteves (2000, p.15):

Pessoalmente, não acredito que bons resultados de negócios tenham de estar associados a severos impactos sociais. Ao contrário, vejo nisso uma questão de estratégia: que cenário escolhemos para o futuro? Em qual vamos apostar as nossas fichas? Naquele que acentua os problemas complexos com que nos deparamos na sociedade contemporânea ou em um que os considera? Naquele que prevê a participação de todas as partes interessadas na formulação de um empreendimento ou naquele que procura um *discurso* capaz de continuar camuflando as (impopulares e inconfessáveis) intenções desse empreendimento? Afinal, como queremos ser tratados? Como objetos ou como sujeitos? Como meios ou como fins?

O autor procurou discutir temas que perpassam o cotidiano organizacional e que são incomuns, esperando através deles poder contribuir para um aprofundamento que poderá levar as organizações a um “novo patamar de excelência” nas relações com todas as partes interessadas, ou seja, todos os capazes de influenciar um empreendimento e ser por ele influenciados.

De acordo com Costa Filho (2005), são oferecidas diferentes visões e perspectivas da atuação socialmente responsável no mundo dos negócios, contribuindo para o aprimoramento dos pesquisadores da área. O autor reuniu reflexões sobre a forma de

relacionamento e percepção dos diferentes públicos com as empresas e sua postura socialmente responsável; seu código de ética; dos incentivos governamentais à atuação social da iniciativa privada; sobre aspectos da relação com o meio ambiente e as formas de comunicação da empresa com a sociedade.

A certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal em inglês), selo internacional que atesta o uso correto de florestas para fins comerciais, começa a chegar aos produtos de consumo. Isso deve-se ao fato de mais empresas estarem na busca da certificação da “cadeia de custódia” e, o selo só é concedido após uma auditoria que inclui aspectos sociais e ambientais. O benefício da certificação é o acesso a novos mercados, tendência forte nos mercados internacionais. A grande procura não vem do consumidor, mas da chamada linha institucional, que contempla os brindes corporativos.

Neste momento de grande consciência dos cidadãos e consumidores em relação à atuação empresarial no desenvolvimento do país, a alternativa para as lideranças empresariais é rever seu papel, dispondo-se a incorporar valores de cooperação social na gestão dos seus negócios.

Retrata a participação acadêmica na disseminação e amadurecimento de conceitos e práticas de responsabilidade social das empresas e o significado de valores organizacionais comprometidos com a sociedade, que podem contribuir para o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Segundo Groppo (2007, p. 143), o contexto sócio-histórico de onde surge a Responsabilidade Social Empresarial, no interior do chamado Terceiro Setor, faz perceber que a atuação do empresariado em intervenções sociais do Terceiro Setor, contribui para a mudança do valor de uso da solidariedade em valor de troca (como responsabilidade social). Assim, o espaço outrora público de intervenção contra desigualdades sociais, está sendo despolitizado e mercantilizado. Um dos pontos mais importantes desse processo é a “torção semântica” de vários conceitos republicanos e democráticos, tais como: cidadania, direitos sociais e sociedade civil.

Os sistemas capitalistas conseguiram transformar a necessidade de intervenção social em “atraente e nova oportunidade de lucros e dividendos: o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social”. A despolitização do espaço público complementa-se com sua mercantilização e, para isso, resgatou-se a solidariedade revestida em “promessa de civilidade e responsabilidade para com o coletivo”. Entretanto, em seu cerne, é mercadoria plena do desejo de lucro e o objetivo de acumulação de capital.

Para Ashley (2003), é de suma importância recorrer às fontes de literatura acadêmica sobre responsabilidade social corporativa no contexto brasileiro para sustentação de

proposições conceituais da responsabilidade social nos negócios.

Nas duas últimas décadas vem aumentando o interesse e conseqüentemente o investimento do empresariado brasileiro na área social. Discutem-se temas sobre o gerenciamento social, implementação de projetos sociais comunitários, o empresário ético e a responsabilidade social.

Os institutos, fundações e associações empresariais compreendem que a busca por assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios, a responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e colaboradores (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país.

As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. Deve-se perguntar quais são os motivos que têm impulsionado segmentos do empresariado brasileiro a adotar a postura de responsabilidade social empresarial. Historicamente, a filantropia e a assistência não fizeram parte da cultura empresarial brasileira.

Segundo Melo Rico (2001), até o início do nosso processo de industrialização e mesmo a partir dele, as ações sociais empresariais foram heterogêneas, pontuais, dependentes e tuteladas pelo Estado. As ações assistenciais sistemáticas aos pobres, inexistiam a partir de medidas tomadas pelo Estado. A prática dessas ações era uma forma de os ricos ascenderem aos valores aristocráticos pela prática do “bem” através de esmolas (Sposati, 1988). O Estado brasileiro limitava-se a reconhecer as ações assistenciais praticadas pelas irmandades, atribuindo um papel diferenciado à Igreja, conforme coloca a mesma autora (1988, p.85):

A assistência social privada, agraciada como benesses estatais, era a forma transfigurada com que o poder público insinuava assistir à miséria sustentada pela Irmandade de Misericórdia, forma combinada do público e privado, do religioso e leigo.

Tal postura assistencialista, utilizada como sinônimo de filantropia, consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro destinado a atender uma problemática imediata tal como alimentação, saúde, habitação, etc. A prática clientelista envolve uma

relação de dominação e dependência estabelecida entre quem detém o poder sobre os serviços sociais e os usuários.

De acordo com Melo Rico (2001), as ações heterogêneas e pontuais da filantropia privada são explicadas, historicamente, pelo papel que a burguesia brasileira desempenhou no processo de acumulação capitalista, ou seja, dependente e tutelada pelo Estado, demonstrando desinteresse por constituir uma identidade de classe dominante no processo de constituição de um capitalismo nacional e na contribuição de um desenvolvimento econômico, político e social.

A proposta do empresariado brasileiro não era pautada em princípios liberais, na defesa da livre iniciativa e do livre mercado, pois sua opção deu suporte à intervenção estatal em várias áreas da economia, em especial naquelas em que o setor privado não tinha interesse em atuar ou em áreas que exigem um longo prazo para investimento, como é o caso dos setores da infra-estrutura. Tal postura do empresariado, desvinculada de uma identidade de classe burguesa nacionalista, tutelada e dependente do Estado, usufruiu, obviamente, de suas benesses, praticamente até o regime militar.

A partir do processo de transição democrática, nos anos 70 e especialmente a partir da década de 80, pode-se identificar uma ação social empresarial com a expectativa de participação no desenvolvimento social do país.

Nos anos 80, a intensificação do processo tecnológico acrescido do surgimento das sofisticadas tecnologias de informação, da eliminação das fronteiras dos Estados nacionais, da socialização dos valores liberais e de mercado e da polarização nacional-global, associou-se ao processo conhecido como globalização econômica.

A internacionalização da economia e a conseqüente abertura para um mercado global, implementaram de forma rigorosa o novo modo de ser das relações econômicas. O capital empresarial não está vinculado a um Estado-nação enquanto local de aplicação do mesmo. Citando Nunes (2003, p.25):

Diante dessa nova organização empresarial global, as organizações privadas possuem uma nova diretriz nos rumos da obtenção do lucro, pois simplesmente as vantagens oferecidas em relação a valores (preços) não estão sendo suficientes para a obtenção de um mercado consumidor. Cada vez mais a qualidade do produto está relacionada à relação empresa com a sociedade e seu comportamento ético e esses fatores determinam o comportamento dos consumidores.

A responsabilidade social das organizações, segundo Mifano (2002), surgiu num contexto no qual há uma crise mundial da confiança nas empresas. Para tanto, as

organizações empresariais começaram a promover um discurso politicamente correto, pautado na ética, implementações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida e trabalho para a classe trabalhadora ou podem se tornar mero discurso de marketing empresarial, desvinculado de uma prática socialmente responsável.

Analisando-se os conceitos mencionados acima pelos vários autores, constata-se novas concepções sobre a responsabilidade social, uma vez que esses aportes conceituais deixam claro a necessidade de manter a ética, a qualidade de vida dos trabalhadores e especialmente a possibilidade de acesso à cidadania.

2.2 Responsabilidade Social Empresarial, Cidadania e a Ética

Na economia global, acordando com Ashley (2002, p.53), está presente a questão da cultura propriamente dita. Qualquer organização que deseja expandir seus mercados em escala mundial, precisa estar atenta à diversidade cultural reinante entre os povos. Assim, afirma a autora, pode-se dizer que um dos efeitos da economia global é a adoção, por todos os povos, de padrões éticos e morais mais rigorosos, quer pela necessidade das próprias organizações de manter uma boa imagem perante o público, quer causadas pelas demandas diretas advindas desse público para que as organizações atuem conforme tais padrões. Os valores éticos e morais sempre influenciaram as atitudes das empresas, porém, tornam-se cada dia mais homogêneos e rigorosos. Segundo Ashley (2002, p.53):

Em resumo, está se tornando hegemônica uma visão de que os negócios devem ser feitos de forma ética, obedecendo a rigorosos valores morais, de acordo com o comportamento cada vez mais universalmente aceitos como apropriados.

A autora afirma ainda, que nesta época em que os contextos culturais ao redor do mundo estão cada vez mais interdependentes e o papel das empresa está sendo repensado, especialmente devido às grandes modificações que ocorrem em outras instituições, como o Estado e a sociedade civil.

Conforme Srour(2003), na contemporaneidade as organizações estão atentas não apenas às suas responsabilidades econômicas e legais, mas também às suas responsabilidades éticas, morais e sociais.

Entende-se por responsabilidades éticas, as atividades, práticas, políticas ou comportamentos esperados ou proibidos pelos membros da sociedade, mesmo não existindo nada codificado, escrito em leis.

Cumprir as leis e regulamentações governamentais não foi suficiente na busca do melhor para a sociedade, pois muitas vezes a legislação tem brechas permissionárias de grandes injustiças sociais.

No Brasil, descumprir a lei levou à corrupção, levando à organização e reação por parte das organizações empresariais. Em 1950, conheceram-se os primeiros códigos de ética empresarial para os empregados, fortalecendo a imagem corporativa pelo clima ético ali vivido.

A nova visão, mais econômica, fortaleceu-se quando os benefícios da ética traduziram-se em resultados financeiros, sendo um diferencial fundamental para as organizações tornarem-se mais produtivas, garantindo sua viabilidade através do respeito do público e conseguindo atrair mais e melhores talentos para seu quadro de colaboradores. A partir daí, reforçaram-se os objetivos de maximização da riqueza ou valor dos “stakeholders”. Muitas vezes, esta preocupação manchou a imagem da empresa por ter sido entendida como materialista, gananciosa e alheia às condições reais da sociedade.

Um componente de suma importância no viés da responsabilidade social empresarial, é a cultura, ou seja, deve-se levar em conta que a empresa faz parte de uma cultura, um contexto sociocultural amplo e determinante de suas atividades e do modo pelo qual a organização irá relacionar-se com esse ambiente sociocultural.

A interpretação da responsabilidade social das empresas é condicionada pela cultura nacional e empresarial, tal como a entendida pelos antropólogos, isto é, “um sistema específico de valores e visões de mundo em cujo contexto se dão as práticas de determinada sociedade”. Segundo Ashley (2003, p.57):

Ao mesmo tempo que se valoriza mais a dimensão cultural do mundo, da vida em sociedade e das próprias organizações, também se ressaltam mais alguns valores culturais específicos, como responsabilidade e moralidade. Vistos como valores éticos e culturais ao mesmo tempo, responsabilidade e moralidade são noções especialmente importantes para o conceito de responsabilidade social corporativa: cada vez mais, e por diversos motivos, as organizações vêm adotando uma visão de mundo e um valor cultural antes restrito a outras áreas da sociedade: a de que é preciso agir de maneira correta para com o próximo, sendo o “próximo entendido da forma mais abrangente possível (incluindo todos os públicos de uma empresa, a sociedade ou a nação em que se insere – possivelmente a economia global – e o próprio meio ambiente)

Para a mesma autora, a responsabilidade para com o próximo é um valor cultural,

pois além de princípio ético e valor moral, está situada ao “nível das estruturas mentais de interpretação da realidade – a cultura”.

Movimentos de consumidores no mundo todo, buscaram conscientizar os cidadãos quanto aos seus direitos como consumidores e quanto a um processo de compra mais racional. Surge no Brasil, o Código de Defesa do Consumidor.

Existem dificuldades em “criar culturas organizacionais fortemente demarcadas”, sendo bastante árduo e difícil implantar e promover, entre colaboradores menos graduados, valores éticos, morais e culturais privilegiados pelos mais graduados (alto escalão) da empresa.

Segundo (2002), a “hibridez cultural brasileira” oportuniza a convivência com os princípios éticos racionais capitalistas, vindos de um padrão ético internacional que têm como parâmetros o profissionalismo, a imparcialidade, a credibilidade e transparência como fundamentais para os negócios, porém, de outro lado tem-se o discurso oficioso segundo o qual deve-se “levar vantagem em tudo”, a conhecida “lei de Gerson”, enquanto que na concepção de Ashley (2003, p. 59):

Assim teríamos no Brasil um conflito entre dois valores culturais – o da integridade e o do oportunismo – ou entre dois traços culturais profundamente enraizados: o da valorização da idoneidade nas relações sociais (que transparece, por exemplo, na reprovação geral à corrupção política) de um lado e, do outro, a lógica do “jeitinho”, segundo a qual consegue o que quer quem faz valer seus interesses, mesmo que de maneira escusa, e quem possui a melhor rede de relacionamentos pessoais influentes”.

Esse argumento implica dizer que novos modos de gestão, aí incluída a responsabilidade social corporativa, seriam de pouca repercussão no Brasil, porém, não deve ser esquecido o fato segundo o qual “cultura não é algo estático, fixo no tempo e no espaço e sem possibilidade de mudança”.

A percepção da existência de grande parcela de brasileiros, excluída do consumo, fez ver que o problema não é apenas ético, pois as desigualdades estão além das responsabilidades do empresariado e o governo não conseguiu abarcar todas as suas responsabilidades no âmbito social.

A criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) começou a recuperar o sentido de cidadania, embora o tónus da responsabilidade social caiba ao governo. As empresas cidadãs ajudam no processo de reconstrução social do país; os cidadãos empenhados em tais iniciativas (campanhas, programas e projetos), são o voluntariado.

Embora o equilíbrio de uma sociedade esteja nos fatores: família, governo e empresa,

o futuro do Brasil está nas mãos das empresas, pouco podendo-se esperar do governo na atual conjuntura dessa economia de mercado, globalizante e politicamente neoliberal.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O SERVIÇO SOCIAL

Segundo Gómez, Aguado e Pérez (2004), o Serviço Social tem longa história de intervenção, buscando atender as camadas excluídas e marginalizadas da sociedade. Seu profundo compromisso com a justiça social, aqui novamente explicitado e revigorado, encontra eco e aliados entre aqueles e aquelas que procuram estabelecer cumplicidades visando a construção de conhecimentos para uma sociedade sustentável. Pensar a sustentabilidade sem pensar a justiça social é, na visão dos autores, inadequado. São duas orientações políticas e teóricas que tendem a se complementar e, para isso é necessário um profundo esforço que passa pela difusão das tentativas que estão sendo feitas. A experiência acumulada pelos assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da educação ambiental, da educação política, de intervenção, participação e voltada para a construção de uma sociedade justa e sustentável.

Para Abreo (2000), as grandes mudanças na sociedade como um todo e nas organizações, instituições governamentais, não governamentais ou empresas, aconteceram nos últimos anos na maioria dos países ocidentais. Estas mudanças, como a tendência à privatização, a terceirização de setores das organizações, a grande revolução do setor da comunicação e da tecnologia, a globalização da economia e o avanço do neoliberalismo afetaram o mundo do trabalho e o espaço ocupacional do Serviço Social e levaram aos países latino-americanos onde impera a desigualdade social, à redução paulatina das responsabilidades do Estado sobre a seguridade social e os direitos sociais da população.

Segundo a mesma autora, o grande desafio, portanto, é realizar uma leitura reflexiva processual para determinar as repercussões das transformações que se estão produzindo em Brasil, especificamente o processo de avanço do neoliberalismo que realmente existe, com suas particularidades próprias em nosso país e na América Latina como um todo.

A questão da responsabilidade empresarial nos projetos de cidadania e efetivação de direitos levados a cabo pelas organizações empresariais, é assunto instigante pela sua atualidade e presença no dia-a-dia da sociedade contemporânea. Não menos importante é o desvelamento desse novo espaço ocupacional para o Serviço Social pós-movimento de reconceituação da profissão, no tocante às práticas de responsabilidade social que visem a transformação societária em uma sociedade mais justa e igualitária, contributiva da

diminuição das desigualdades sociais, acentuadas nesses tempos de globalização e neoliberalismo.

3.1 Histórico do Serviço Social Organizacional

A prática profissional do Assistente Social confronta – se com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nestes 70 anos de existência da profissão e mais recentemente, com o processo desencadeado no campo das relações e processos de trabalho advindo do processo de globalização dos mercados e do conhecimento científico. As implicações sociopolíticas dessas mudanças afetam diretamente o papel do Estado, das políticas sociais e dos movimentos sociais em nosso país, portanto colocam para a profissão novas demandas e são determinantes para sua organização e dinâmica de trabalho.

Diante deste contexto o Serviço Social se profissionaliza como um elemento estratégico da classe dominante no enfrentamento da questão social ao mediar conflitos e tensões no campo das políticas sociais e da assistência, sendo perceptível a relação entre a prática do Assistente Social e as propostas de intervenção do Estado brasileiro, o que influencia a delimitação dos campos de atuação profissional para a prestação de serviços sociais, vinculando a força de trabalho do Assistente Social às esferas das políticas sociais públicas e privadas (Martinelli, 2001).

Aponta a mesma autora que, ao longo da última década, a liberalização da economia unida à força do capital demarca claramente os espaços ocupacionais, os quais passam a estar envolvidos num imenso processo de concorrência do mercado global, corroborando assim, com a ampliação da informalidade do mercado e acarretando o aprofundamento da precarização do trabalho e o distanciamento do Estado em termos de seguridade social, saúde pública e previdência social. Como os Assistentes Sociais também compõem uma força de trabalho assalariada e contratada no mercado, passam a sofrer os efeitos desse processo de desestruturação do mercado de trabalho que gera desemprego, subemprego e o aumento do trabalho informal, levando a uma disparidade extrema entre os diversos níveis de renda no país. Diante desse conjunto desordenado de desigualdades, os direitos sociais tornam-se apêndice de uma sociedade que passa a ser ferozmente devorada pela violência real e/ou simbólica. Na contramão dessa realidade, a tendência preponderante nas práticas governamentais tem sido a fragmentação das políticas públicas, a superposição de programas e projetos sociais, causando a baixa racionalidade e o desperdício de recursos, a descontinuidade das políticas em desenvolvimento e uma intervenção que prioriza a oferta em detrimento das demandas.

A inserção do Serviço Social na sociedade brasileira nas últimas décadas, revela um processo de maturação de uma profissão que se compromete com a luta pela construção de direitos sociais alicerçada na participação ativa do debate político e intelectual no país, revelando o seu compromisso histórico e ético com a luta por uma sociedade em que os cidadãos tornam – se sujeitos de sua história.

A deterioração das relações de trabalho atrelada às precárias estratégias de inclusão social propostas pelo Estado demarcam um complexo e desfavorável panorama econômico e social afetando significativas camadas da população brasileira. Assim, os assistentes sociais se vêem diante de um contexto de concentração, fragmentação e exclusão social que demanda respostas a esse conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista na atualidade.

3.1.1 As questões contemporâneas

Segundo Abreo (2000), os assistentes sociais devem atentar para a discussão das questões contemporâneas, principalmente para aqueles que ainda não estão conscientes do que está acontecendo no mundo e principalmente na América Latina. Refere-se a autora, à exclusão sócio-econômica cada vez mais crescente, que traz o desemprego, as vulnerabilidades pela pobreza, pela violência, etc. Neste debate encontramos duas posturas: os apocalípticos, que acreditam que no final deste século, a economia de mercado internacionalizado trará enormes prejuízos para os trabalhadores, pois a crise que abala as bolsas é uma recente manifestação de um processo em que o poder dos governos, o papel das empresas e o destino dos empregos e as culturas nacionais são transformados pela integração econômica e tecnológica.

Para Forrestier (1997), no atual modelo econômico que se instala no mundo sob o signo da cibernética, da automatização, das tecnologias revolucionárias-, o trabalhador é supérfluo e está condenado a passar da exclusão social à eliminação. Na era da mundialização, do liberalismo absoluto, na era da globalização e a virtualidade, o trabalho é considerado como conjunto de empregos e assalariados, é um conceito obsoleto, um parasita sem utilidade, é a falta de humanidade de um sistema que lucra a partir da vergonha e a humilhação de milhões de desempregados por todo o mundo.

No atual modelo econômico que se instala no mundo sob o signo da cibernética, da automatização, das tecnologias revolucionárias, o trabalhador é supérfluo e está condenado a passar da exclusão social à eliminação total.

Em contraposição ao “Horror econômico”, Kurtz (1997) manifesta outra visão: de

que o capitalismo começa a libertar o homem do sofrimento do trabalho. O que deve diferenciar-se, é que o escasso "tempo livre" é hoje um mero prolongamento do "trabalho" por outros meios como prova a indústria da diversão. Na atualidade, a lógica do "trabalho", apoderou-se das esferas cindidas e insinuou-se na cultura, no esporte até mesmo na intimidade.

Da mesma forma o desenvolvimento das forças produtivas científicas leva ao absurdo a priorização do trabalho. O princípio positivo do sofrimento não pode mais sustentar-se, pois o capitalismo começou a libertar o homem do "trabalho".

Nas palavras de Kurtz (1997, p.21): "No futuro a emancipação social não poderá mais fundar-se num conceito positivo de "trabalho". Este fim histórico de sofrimento, não seria o fim da atividade humana em sua troca com a natureza, mas somente o da menoridade irrefletida." Posições apocalípticas ou mais positivas, demonstram que por mais que certos pensadores queiram incondicionalmente preservar essa forma que nos conhecemos hoje por trabalho, ele está mudando, e neste fim de milênio, a Humanidade está diante de uma porta, atrás da qual existem conceitos ainda pouco conhecidos a serem desvendados.

De acordo com Abreo (2000), os integrados ou triunfalistas crêem que a globalização da economia e a internacionalização dos capitais internacionais, não são um fenômeno recente, mas existe atualmente de uma forma mais intensa e a alta tecnologia, a cibernética e a robótica, estão causando a mesma reviravolta, que na época em que os teares foram substituídos, durante a revolução industrial. Contudo, tem que existir nesta nova onda, uma readaptação dos trabalhadores, depositando na capacitação dos trabalhadores as maiores esperanças para o futuro, contra o desemprego estrutural.

Nesse sentido, segundo a mesma autora, as épocas de transformações polarizam expectativas, é natural que num mundo de velozes mudanças: tecnológica, econômica e geopolítica se produza um assombroso desvio dos teóricos sobre as crenças acerca do futuro. O pensamento catastrófico de Jean Beaudrillard e Viviane Forrester entre outros e os Triunfalistas, Roberto Campos e Gunter Sachs são o resultado de épocas marcadas pela aceleração do tempo histórico, repleto de ansiedade frente ao desconhecido. Segundo Steffan (apud Abreo, 2000, p.31) o término do "período extraordinário" do capitalismo de pós-guerra e a mudança radical das relações sociais de produção mediante a substituição do Estado benfeitor keynesiano pelo capitalismo reacionário do Estado- não bem nomeado "neoliberalismo"- foram duas variáveis de grande importância no processo de globalização do capital.

Para Garrido (apud Abreo, 2000), o neoliberalismo é um engano monumental, no

somente do ponto de vista econômico, mas, também no político, já que preconiza uma ampla democracia e na sua versão latino-americana tem levado a um desmantelamento dos antigos estados de bem-estar e a um crescimento desmesurado do poder transnacional, num processo autoritário, realizado fora da vontade dos povos do continente.

Afirma o autor, que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, auto-consciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.

As características do neoliberalismo como categoria fundamental que altera as dimensões, orientações e funções do Estado. Do Estado de Bem Estar social ao Estado Mínimo; Privatização; Não Intervenção do Estado na economia; Redução do gasto público, com diminuição de recursos destinados à área social, políticas sócio-assistenciais. Estas características apontadas do modelo neoliberal implicam na alteração das políticas sociais: base de sustentação da profissão.

A redução do tamanho do Estado e a conseqüente privatização das políticas sociais que estão saindo da órbita do Estado e passam para: ONG, Igrejas, Instituições filantrópicas, Associações de Moradores etc.). As Políticas Sociais que permanecem perdem seu caráter universal e enfocam somente a população mais pobre.

O avanço do neoliberalismo promove a descentralização das Políticas Sociais mas ao mesmo tempo, ocorre a: centralização executiva, econômica e normativa. Podemos decodificar que o discurso neoliberal promete uma maior igualdade de oportunidades, tanto em nível institucional como para a população, mas paradoxalmente podemos constatar no cotidiano da prática profissional, a existência de uma crescente desigualdade econômica, social e cultural.

Touraine (1997, p.22) assinala uma luz no final do túnel, ele afirma que a eficácia positiva das indispensáveis reformas liberais está esgotada. Seus efeitos negativos, sobre todo os sociais e os políticos, são cada vez mais evidentes devido as posições anunciadas pelos diferentes chefes tanto do FMI (Fundo Monetário Internacional (como do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Para Abreo (2000, p.55), as últimas notícias da Cumbre das Américas realizada no mês de abril de 1998, no Chile reafirma a necessidade dos governos de implantar a educação para todos, e melhorar a situação social dos países do Mercosul para poder integrar a Associação de Livre Comercio das Américas (ALCA) previsto para o ano 2005, posturas incompatíveis com a redução do Estado, pois ele deverá ser o principal gestor de recursos para a implantação de políticas para a educação e para a área social. Tal vez, o fato mais

importante e que se estão gerando algumas contradições no cenário nacional e internacional.

Em síntese, as mudanças nos processos produtivos, geraram um impacto, que atingiram a todos os países. O Brasil está sendo profundamente afetado pelas transformações do mundo do trabalho; sobretudo, é necessário mobilizar todos os segmentos para defender os direitos sociais já contidos na Constituição de 1988 para enfrentar as consequências de este processo; principalmente “a escassez” de trabalho, que está refletida nos altos índices de desemprego e também pelas novas modalidades de organização e estruturação, originando a flexibilidade e precariedade dos vínculos laborais.

3.2 Uma breve contextualização histórica do Serviço Social Organizacional

O Serviço Social Organizacional está ampliando sua atuação neste novo espaço ocupacional de forma cada vez mais eficiente e eficaz. Considerando-se que a realidade é dinâmica e conseqüentemente as demandas, a categoria profissional do Serviço Social apresenta-se em constante evolução ampliando o campo de intervenção, comprovando-se pela evolução profissional, tornando cada vez mais comum encontrar esse profissional em campos ou atividades até então cerrados e restritos a outros profissionais.

Segundo Iamamoto (apud Atauri, 2007, p.8), o Serviço Social surge como profissão da divisão sócio-técnica do trabalho, peculiar à sociedade capitalista. A divisão do trabalho submete indivíduos a determinados ramos de atividades profissionais, gerando a acumulação e as particularidades da reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, a autora situa o Serviço Social como atividade institucionalizada, legitimada pelo Estado e pela classe dominante.

Conforme Iamamoto (apud Atauri, 2001, p.14):

A especialização do Serviço Social por campo, ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do Serviço Social como profissão, conforme as problemáticas derivadas da área social exigiam maior especificidade para seu atendimento, surgiam profissionais a elas voltadas e que, portanto, acabavam por acumular experiências práticas na área.

As primeiras tentativas de assistência ao trabalhador estão ligadas aos círculos operários. A partir de 1930, sob o impacto da Revolução Industrial no Brasil, desenvolveu-se mais intensamente o interesse pelo atendimento à classe trabalhadora.

A autora menciona ainda, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e o aparecimento do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI),

Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPTEC), contando também com entidades patronais do tipo Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC). Portanto, demonstra-se que o atendimento à população assalariada advinha do rápido e acelerado processo de industrialização.

Em princípio, segundo Atauri (2007, p.15), as empresas brasileiras, de origem européia, conceberam melhor a possibilidade de ter profissionais, em seu quadro de pessoal, profissionais que interviessem nas relações humanas do trabalho, dados os efeitos das duas guerras mundiais. Procurava-se tão somente, fornecer melhorias ao operário, para que este pudesse atingir os níveis de produção desejada. A partir da década de 1960, em São Paulo e nos países latino-americanos, o MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO, questionava suas formas tradicionais de intervenção e as teorias de adaptação ao sistema, fazendo com que fosse requisitado um maior número de assistentes sociais para atuar no campo empresarial, junto a população trabalhadora, com suas necessidades de subsistência e de relações sociais.

A recessão generalizada no mundo capitalista, ocorrida a partir da década de 1970, fez surgir a doutrina do neoliberalismo, trazendo em seu cerne, a racionalização e privatização, sinônimo de desemprego em todos os lugares. Esta é a lógica contabilista, lógica da sociedade.

Os anos 80, trouxeram a globalização, o capitalismo em escala mundial, fazendo um questionamento à área de Recursos Humanos, suscitando a necessidade de evidenciar um retorno financeiro. Conforme Atauri (2001, p.16):

Essa área gera despesas ou investimentos? Não soube demonstrar o retorno, como não soube reduzir despesas, o Serviço Social por sua vez, neste momento não compareceu demonstrando sua efetividade de contribuição, isto é, enquanto as organizações buscaram profissionais competentes para contribuir na gestão da Qualidade total, o Serviço Social continuava ainda submerso, ocupando seu tempo em atendimento individualizado, destinando assim 90% do seu tempo a tais atendimentos.

Ainda nesta década, os empregadores de Assistentes Sociais, passaram a ser, além das instituições públicas, as organizações privadas, sendo estas um espaço de “modernização tecnológica para gerenciar o processo de trabalho”, com desdobramentos que apresentavam alterações à prática do Serviço Social, exigindo maior preparo dos profissionais ao ocuparem este espaço (C.B.A.S., DEZ/85).

Aponta Atauri (2001, p.19):

O impacto da globalização, na década de 90, atingiu diretamente o Serviço Social, pois aconteciam alterações significativas nas relações de trabalho no mundo globalizado. Houve a influencia da alta tecnologia, na rapidez das comunicações, na grande movimentação financeira e nos meios eletrônicos, enfatizando aspectos da influencia em novas exigências para os trabalhadores em geral, com óbvia alteração do perfil do assistente social no mercado de trabalho .

Evidencia-se, portanto, a necessidade de constante aprimoramento profissional, dadas as mudanças advindas da globalização e do neoliberalismo.

3.3 A Prática Profissional do Serviço Social Organizacional e a Ética Empresarial – Contextualização Histórica

Para Montaño (1997), esta leitura deve realizar-se através de uma visão macroscópica, que estude com um enfoque interdisciplinar o mundo contemporâneo considerando as dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas para analisar e delinear as principais categorias explicativas que permitam proceder ao estudo das mudanças que se produziram em todos os países do planeta. O Brasil é profundamente atingido pelas transformações originadas pela globalização dos mercados e o avanço do Neoliberalismo. Na atualidade, o país vive um momento de redefinição, porque os rearranjos políticos internacionais aprofundaram ainda mais as diferenças, por um lado à concentração da riqueza e por outro o empobrecimento da população, afetando principalmente o mundo do trabalho, altos índices de desemprego e novos modelos de organização e estruturação, causando a flexibilidade e a precariedade nos vínculos de trabalho. Reduzindo cada vez mais as responsabilidades do Estado sobre a seguridade social e os direitos sociais da população. Estas transformações societárias vêm implicando, não só a emergência de novas demandas para o Serviço Social, como na necessidade premente de redimensionar a formação profissional a partir de procedimentos investigativos, tomando como objeto as mudanças do espaço ocupacional do Assistente Social. O estudo desta temática é importante para o Serviço Social, pois vem proporcionar uma análise das mudanças impostas pelas novas tendências da sociedade contemporânea e seu reatamento na prática do Serviço Social.

De acordo com Montaño (1997, p.117), no bojo das discussões, a preocupação que é mais saliente refere-se ao Serviço Social como profissão, que deve ir de encontro a esta nova

realidade, pois existe o perigo latente deste vir a tornar-se uma prática residual. O desafio profissional está em não fechar-se em si mesmo, ampliar os horizontes procurando compreender as mudanças que estão acontecendo no mundo e principalmente na América Latina. Quanto a este problema, sustenta - se que é possível e necessário que a profissão como um todo, inicie um debate e participe ativamente na definição de sua base de sustentação ocupacional, podendo assim, os assistentes sociais, converter-se em atores desse processo.

Portanto, deve - se avançar e conquistar um efetivo mercado de trabalho, mas deve - se preocupar também, por melhorar o nível da formação profissional. Estes seguimentos estão estreitamente inter-relacionados, pois existe uma correlação entre as dificuldades da prática profissional atual, os baixos salários, o aumento da clientela a ser atendida e o preparo dos outros profissionais, que disputam o mesmo espaço ocupacional.

Só através da formação profissional conforme as novas exigências do mercado de trabalho e a retro alimentação constante de novos conhecimentos, permeados por uma reflexão crítica é que a categoria profissional poderá tornar - se competente, podendo competir lado a lado com outras profissões da área de humanas.

Redimensionar o perfil profissional que exige na atualidade um conhecimento de línguas estrangeiras, de informática, sintonias com as mudanças e atenção a qualificação continua. Requisita-se um profissional crítico com competência teórico- metodológica, técnico-operativa e ético-política, dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidade de negociação, resolutive e de argumentação, habilidade para o trabalho interdisciplinar e para atuar no campo da consultoria. O campo de trabalho do Assistente Social se amplia cada vez mais. Hoje, ele pode atuar em entidades, organizações não governamentais, instituições que estão ligadas às políticas sociais públicas como assistência social, educação, saúde, habitação, previdência social, meio ambiente, conselhos de direitos ou empresas privadas.

Para Atauri (2001), as organizações da contemporaneidade, buscam por profissionais, ligados aos Recursos Humanos, que implementem políticas de compromisso, envolvimento e competência dos colaboradores, com a finalidade de oferecer “suporte aos objetivos da empresa”. Dessa forma, o Serviço Social Empresarial, está ligado aos programas de responsabilidade social da organização, relativos ao meio ambiente ao consumo responsável ou qualquer outro que a empresa desejar implementar, sem esquecer, é óbvio, dos programas de qualidade de vida, de reengenharia e outros, os quais precisa conhecer e analisar, desvelando “as contradições e ambigüidades destas tecnologias, além, é claro, de procurar acompanhar o movimento dos trabalhadores, no sentido de garantir suas conquistas”.

De acordo com Atauri (2007, p.16):

- Y Gestor social – conhecer e ser um especialista na questão social.
- Y Saber elaborar e implementar projetos sociais.
- Y Saber negociar.
- Y Conhecer novas formas de organizações das relações de trabalho.
- Y Conhecer os programas de Qualidade Total, reengenharia, etc.
- Y Conhecer e ter domínio de informática, línguas, finanças, etc.
- Y Gerenciar os programas sociais voltados para a saúde mental, saúde ocupacional, dependência química, stress, pré-aposentadoria, AIDS e DST, planejamento familiar, clima organizacional, etc.
- Y Administrar os benefícios, conhecer, implantar e supervisionar), tais como: convênio de assistência médica, esta básica, vale refeição, alimentação, empréstimos, seguro de vida, vale transporte, etc.

O novo século, o século XXI, trouxe novas possibilidades de atuação no campo empresarial ao profissional do Serviço Social, desde que estivesse “aberto” às mudanças, compromissando-se com uma cultura pública democrática. Hoje, segundo Iamamoto (apud Atauri, 2007, p.18), o assistente social da empresa, além de manter benefícios, atua na área de gestão da capacitação humana, redimensionando a ocupação de espaços e desenvolvendo as novas atividades: assessoria à gerência; recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento; avaliação de desempenho; administração de Cargos e Salários; implantação de programas e projetos voltados para a qualidade de vida do trabalhador; prevenção de acidentes de trabalho e participação nos programas de Qualidade Total entre outros.

Constata-se, portanto, a necessidade de estar sempre disposto a encarar as mudanças constantes e cotidianas, pois a cada dia ocorrem com mais celeridade, fazendo do profissional também um construtor e mantenedor do próprio espaço ocupacional.

4 PROJETOS SOCIAIS NO FOCO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Segundo David Henderson, ex-economista-chefe da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em “Falsas noções de responsabilidade Social Corporativa”, a boa cidadania empresarial é um desvio dos princípios capitalistas e dos propósitos de uma empresa criada para gerar lucros a seus proprietários. Porém, segundo

empresas como Pão de Açúcar, Grupo Itaú, Cemig e Globocabo (Gazeta Mercantil, 08/08/2002), não há desafio algum à lógica do capital; os investimentos sociais que envolvem a atividade principal de uma companhia, são capazes de beneficiar diretamente suas operações e também promover a expansão de seus mercados consumidores no médio e longo prazo.

4.1 A importância da elaboração de projetos sociais no campo da Responsabilidade Social

Os projetos sociais surgem do desejo de mudança da realidade. São ações estruturadas e intencionais de um grupo ou organização social, que partem de uma reflexão e diagnóstico sobre determinada problemática, procurando contribuir para melhoria da situação. São espaços de negociação entre as utopias pessoais e coletivas, desejo de mudança da realidade e as possibilidades concretas de fazê-lo.

Elaborar um projeto significa diagnosticar uma realidade social, identificar contextos sócio-históricos, compreender relações institucionais, grupais e comunitárias e planejar uma intervenção, considerando-se os limites e as oportunidades de transformação social. Entretanto, os projetos sociais não mudam o mundo sozinhos, pois estão sempre em interação com políticas e programas voltados para o desenvolvimento social. São importantes ferramentas de ação, muito utilizada pelo Estado e pela Sociedade Civil, que com sua heterogeneidade, vem se fortalecendo e desenvolvendo novas formas de organização (não governamentais, redes, entre outras), convertendo-se em protagonista da ação social. Atualmente, um grande conjunto de organizações sociais tem conseguido melhor articulação entre si e com o Estado no desenvolvimento de ações conjuntas, configurando-se a partir daí, novo quadro de relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

Segundo Romeiro (1999), está consolidada a consciência, sob o ponto de vista ecológico, da impossibilidade em generalizar numa escala mundial, os padrões tecnológicos de produção e consumo como existem nas atuais economias industriais. Tratar a questão ambiental é obrigatório em qualquer agenda de políticas públicas. A opinião pública mundial pressiona por medidas de política ambiental, refletindo o fato incontestável dos impactos ecológicos no atual padrão de desenvolvimento técnico-econômico que afetam populações e regiões inteiras.

Entretanto, apesar do consenso sobre a existência do problema e da necessidade de intervenção para solucioná-lo, o dissenso é amplo quanto às modalidades de intervenção e deve-se às diferenças na formação científica dos pesquisadores sobre o tema, tanto inter

quanto intradisciplinarmente. Na economia há o reconhecimento do caráter eminentemente multidisciplinar da problemática ambiental. Essa visão é imprescindível para a capacidade analítica, porém, tem o efeito de dificultar a concepção de instrumentos de política ambiental de fácil manejo. Esta, talvez seja a principal razão da proeminência da economia ambiental neoclássica na formulação de instrumentos de política ambiental.

Exige-se, por causa dos desafios ambientais, o desenvolvimento de tecnologias “limpas”, significando a mudança do paradigma tecnológico atual, portanto, é preciso criar condições econômicas, político-institucionais e culturais para a “implementação de estratégia de mudança tecnológica capaz de se antecipar aos problemas”.

Para Sachs (2007), a necessidade de mudança paradigmática em relação ao desenvolvimento da tecnologia também é imprescindível, abrindo simultaneamente a economia, a ecologia humana, a antropologia cultural e a ciência política contemporânea. Essa aspiração está presente no projeto de constituição de uma ecossocioeconomia, termo criado por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos maiores inspiradores da ecologia política dos anos 70.

De acordo com Legget (1992), é grande o poder de impacto e fonte de análises científicas os dados concretos e prognósticos sobre o conflito entre a base física da espécie humana, a Terra e o desenvolvimento econômico e social. Salienta a natureza da ameaça do efeito estufa, das mudanças climáticas, das retroalimentações biogeoquímicas no Sistema Terra, do controle do aquecimento global e seus efeitos, das lições advindas das mudanças climáticas e suas conseqüências para a espécie humana. Focaliza também, as medidas que devem ser tomadas, em escala planetária, para se evitar as catástrofes que ameaçam o planeta em conseqüência da utilização predatória dos seus recursos naturais.

Segundo Moraes (1997), dois conjuntos de preocupações são agrupados: um articula reflexões sobre as bases teórico-metodológicas para a análise da problemática ambiental, outro aborda tópicos atinentes à esfera do planejamento e da gestão do uso do meio ambiente.

Estimulando uma reflexão mais rigorosa sobre os temas levantados, a questão ambiental é trabalhada não como resultante do relacionamento homem natureza, mas como uma faceta das relações entre homens, ou seja, como objeto econômico, político e cultural.

A fim de se evitar qualquer possibilidade de retorno das perspectivas naturalizantes no trato dos fenômenos sociais, buscou uma visão própria das ciências humanas no trato da problemática ambiental, clareando suas contribuições específicas num campo que deve ser pensado como multidisciplinar.

4.2 O cenário do Terceiro Setor, o papel do voluntariado e a Responsabilidade Social Empresarial

Uma das forças que impulsiona o setor social em todo o mundo é a dedicação dos voluntários. Alguns passam anos dedicando-se em ajudar organizações filantrópicas, ficando com a sensação de missão cumprida e de estarem contribuindo para uma sociedade melhor, cada qual conforme suas possibilidades.

Desde as entidades mais ricas às menores e com menos verbas, o voluntário atua em centenas de atividades.

Os consumidores estão mais atuantes e participantes, não sendo mais meros compradores. Têm considerado, no momento da compra, o fato do fabricante de determinado produto participar ou não de trabalhos sociais.

A revista Distribuição (O lucro da ação social), publicou pesquisas realizadas pelo Instituto Ethos e pelo jornal Valor Econômico, cujos dados dizem que 22% dos consumidores já puniram ou premiaram uma organização por causa de seus programas sociais com o voluntariado. As empresas já perceberam a tendência e investem nas ações sociais envolvendo voluntários.

Voluntário é aquele que tem responsabilidade em participar de um programa ou projeto social, sem remuneração alguma, apenas deseja colaborar com as ações promovidas pela organização onde ele ou seu familiar trabalha.

Para os economistas em 2015, o nível de exclusão será extremamente elevado e será da alçada do Terceiro Setor as ações da inclusão social. Portanto, é necessário profissionalizar o trabalho do voluntariado. O número de voluntários no Brasil está em crescimento e deverá aumentar nos próximos anos.

4.3 O Serviço Social e as intervenções nos Projetos Sociais das Empresas

O mundo empresarial esforça-se para tornar-se cada vez mais parceiro, mais praticante de princípios da responsabilidade social, uma vez que tais práticas contribuem para fidelizar o cliente e manter o quadro de colaboradores mais motivado e produtivo. Já se diz que o conceito de empresa cidadã não é mais um conceito filosófico e abstrato que leva à prática de ações socialmente responsáveis; agora está se tornando um dever.

O Serviço Social Empresarial atuante nos projetos sociais da empresa, é exemplo do redimensionamento profissional, envolvendo-se em projetos de qualidade de vida do trabalhador, procurando atender as novas exigências das organizações. Este é um espaço em

construção permanente.

Ora, esse, o espaço da empresa, ONGs, todo o Terceiro Setor, são campos férteis e não-desbravados, necessitando de profissionais que tenham o perfil do Serviço Social na contemporaneidade, de efetivação de direitos, de acesso à cidadania e ousa-se dizer, de pilar na construção e no desvelamento das transformações societárias para uma sociedade mais justa e igualitária, como dito antes e sempre será.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este item discorre sobre a trajetória metodológica da pesquisa, suas etapas para a elaboração bibliográfica até a pesquisa de campo e a análise e interpretação dos dados.

O desenvolvimento do trabalho iniciou-se a partir da elaboração da hemeroteca, composta por artigos de jornais, revistas e internet, relacionados ao tema. Posteriormente, elaborou-se o fichamento de diversos livros, revistas e artigos diversos com a finalidade de fundamentar a temática em estudo.

Em seguida, foi elaborado o projeto de pesquisa, tendo como objetivo geral conhecer as possibilidades e a atuação do Serviço Social organizacional contemporâneo em relação aos projetos sociais desenvolvidos no foco da responsabilidade social, no âmbito das empresas, sendo estes voltados aos clientes internos, externos ou população das comunidades circunvizinhas. Os objetivos específicos deste estudo foram: identificar o significado da responsabilidade social para o Serviço Social contemporâneo, articulada nos projetos sociais; conhecer os motivos pelos quais as empresas assumem práticas de responsabilidade social e constatar as ações e atividades dos projetos sociais desenvolvidos pela área do Serviço Social.

O presente estudo caracterizou-se como pesquisa qualitativa em nível exploratório. O universo desta pesquisa foi composto de 4 (quatro) empresas de médio porte da cidade de Dois Córregos, que executam ações voltadas à responsabilidade social, entretanto, apenas 3 (três) responderam à pesquisa. Os profissionais entrevistados são colaboradores dessas empresas, atuando em nível de gerência. Utilizou-se da amostragem não probabilística de forma intencional, ou seja, a seleção dos sujeitos não foi realizada de maneira aleatória, por possuírem estes, características definidas no universo, isto é, executam ações voltadas à responsabilidade social.

A pesquisa foi efetivada utilizando-se do instrumental técnico questionário, compondo-se de perguntas semi-estruturadas e abertas. O pré-teste foi aplicado com um dos

profissionais, tendo por finalidade testar a técnica de coleta de dados, os objetivos e a hipótese, buscando dessa forma, a veracidade da pesquisa empírica. Por meio da aplicação desse instrumental, foi constatada sua eficácia, não havendo necessidade de alteração do mesmo.

Após a aplicação do pré-teste, foi realizada a pesquisa de campo, a efetivação da mesma ocorreu no período entre os meses de agosto e setembro de 2008, ocasião em que foram agendadas e efetuadas as entrevistas.

Finalmente, elaborou-se a análise dos dados empíricos, levando-se em consideração os dados de maior relevância e significação, correlacionando-se esses dados com a fundamentação teórica desenvolvida, possibilitando uma explanação objetiva e transparente da pesquisa aplicada e sua correlação com os objetivos propostos.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A leitura da coleta de dados e informações coletadas, evidenciou as possibilidades de atuação do Serviço Social organizacional na contemporaneidade, especialmente em relação aos projetos sociais desenvolvidos no foco da responsabilidade social, visando a melhoria da qualidade de vida dos clientes internos, externos e população das comunidades circunvizinhas.

O universo da pesquisa constitui-se de três sujeitos: dois sujeitos do sexo masculino e um sujeito do sexo feminino, todos exercendo cargo de gerência, em empresas localizadas na cidade de Dois Córregos, estado de São Paulo.

Para melhor conhecimento dos sujeitos que participaram desta pesquisa e o desenvolvimento das reflexões das respostas, apresenta-se a seguir, o perfil dos mesmos:

Todos os sujeitos possuem formação universitária, sendo que o sujeito 2 e o 3 cursaram Administração de Empresas e o sujeito 1, Serviço Social, porém, o sujeito 2 fez pós-graduação, exercendo também, docência na Instituição Toledo de Ensino de Bauru, nas Faculdades de Administração e Economia. As idades dos sujeitos varia entre 32 a 44 anos e todos são casados, porém, apenas um tem filhos.

Os entrevistados, em geral, entendem que as empresas no contexto atual, especialmente devido ao processo de globalização, vêm buscando se formar mais agentes sociais integrantes da sociedade, uma vez que suas funções sociais caracterizam sua responsabilidade social.

As falas dos sujeitos permitiram identificar três eixos inter-relacionados de análise, a

saber: responsabilidade social empresarial; projetos sociais em execução; Serviço Social organizacional no acesso à qualidade de vida dos colaboradores das respectivas empresas que fizeram parte da pesquisa.

6.1 Responsabilidade Social Empresarial

Os depoentes consideram que a responsabilidade social empresarial, como primeiro eixo, embora os vários conceitos formulados, ainda recentes, passando por discussões conceituais diversas e até polêmicas.

Na contemporaneidade, observa-se o processar de inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e cultural, que proporcionam e aparecimento de novos modelos relacionais entre instituições, mercado, organizações e sociedade. Neste âmbito das tendências relacionais, verifica-se uma aproximação dos interesses das organizações e os da sociedade, resultando em inúmeros esforços para que sejam atendidos os objetivos compartilhados.

As metas econômicas e sociais, fazem emergir empresas preocupadas com a responsabilidade social. Assim, as organizações empresariais, procuraram desenvolver ações neste âmbito. A palavra responsabilidade originou-se do latim *respondere*, significando responder. De acordo com o dicionário Michaelis, responsabilidade é “a qualidade de responsável”; “responde por atos próprios ou de outrem”; “deve satisfazer seus compromissos ou de outrem”.

Aponta Melo Neto (1999, p.78):

A Responsabilidade Social de uma empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.

Em relação à concepção de Responsabilidade Social Empresarial, observam-se as conceituações nos depoimentos dos sujeitos pesquisados:

A Responsabilidade Social refere-se a ações voltadas à benefícios sociais para os colaboradores de uma determinada empresa, bem como seu público alvo. (Sujeito 1)

Responsabilidade Social Empresarial deve ser uma forma de gestão

ética e transparente, baseada também, na sustentabilidade, no diálogo e no aperfeiçoamento contínuo. (Sujeito 2)

Responsabilidade Social diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral. (Sujeito 3)

Observa-se que os sujeitos entrevistados compreendem Responsabilidade Social de diferentes formas: o sujeito 1 a vê como ações voltadas à obtenção de benefícios sociais para os colaboradores e público alvo de determinada empresa; o sujeito 2, como forma de gestão ética, sustentável, onde haja diálogo e constante aprimoramento e para o sujeito 3, Responsabilidade Social é cumprimento de deveres dos indivíduos e empresas em relação à sociedade em geral.

Diante dos depoimentos, percebe-se que os sujeitos apesar de entenderem de forma diversa o assunto, não se contradizem, ou seja, se complementam, afinal, o conceito de Responsabilidade Social ainda não está completamente definido, mas em construção.

Segundo Abbagnano (1970, p.822), em seu dicionário de filosofia, Responsabilidade Social é:

A possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigir o mesmo comportamento com base em tal previsão...O primeiro significado do termo político, em expressões como “governo responsável” ou “responsabilidade do governo”, que exprimiam o caráter pelo qual o governo constitucional age sob o controle dos cidadãos e em função deste controle.

Conforme Ashley (2002, p.6), Responsabilidade Social define-se como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

A globalização forçou as empresas a alterar sua postura frente à sociedade, que passou a exigir das mesmas, um compromisso social e ético. Tal compromisso social favorece um a relação de credibilidade entre a empresa e a sociedade, existindo de fato, fortes investimentos das empresas em questões relativas à sociedade, pois, isso significa ganho de preferência do consumidor e possibilidade de ampliação de mercado com a conseqüente

valorização da empresa e fidelização dos seus clientes, garantindo-lhe sobrevivência com maior solidez.

Os sujeitos concordam que houve mudanças em sua vida profissional com as práticas de responsabilidade social, conforme falas a seguir:

As mesmas serviram para aprimorar meus conhecimentos do assunto, levando-me a um aprofundamento na questão, a fim de poder realizar um trabalho de melhor qualidade. (Sujeito 1)

Com certeza, mudanças que além de mudarem nossa visão, tornando-a mais abrangente e consciente, exigiram mais qualificação e cada benchmarking que realizamos aprendemos mais e procuramos desenvolver e aprimorar o que já possuímos. Uma lição é de que tudo o que aprendemos e desenvolvemos deve ser dividido, como disse Peter Senge, “...se aprende mais quando se aprende coletivamente...”. (Sujeito 2)

Sim, na medida em que envolve todos os colaboradores. (Sujeito 3)

Os depoimentos acima sugerem que as mudanças foram positivas, tendo possibilitado trabalho de melhor qualidade, maior aprendizado e desenvolvimento pessoal e profissional, além de ter envolvido à todos da empresa, desenvolvendo um sentimento de pertencimento ao grupo, reforçando o compromisso coletivo com os objetivos estabelecidos em seus projetos. As madeiras utilizadas como matérias primas, receberam o “selo verde”, sendo, portanto, provenientes de reflorestamento, ou seja, florestas renováveis.

Diga-se ainda, que o relacionamento com os fornecedores, também foi alterado, não podendo estes, empregar crianças e/ou adolescentes com menos de 18 anos de idade, devido a compromisso assumido com a Fundação Abrinq.

As práticas de Responsabilidade Social são imprescindíveis à compreensão da intencionalidade das organizações empresariais e, mais que isso, da necessidade dessas ações empresariais na contemporaneidade, para sua própria longevidade, como dito anteriormente.

6.2 Projetos Sociais em execução

Quanto ao segundo eixo, execução de projetos sociais, os sujeitos que responderam a pesquisa, foram unânimes sobre a existência de projetos sociais pelas empresas que adotaram práticas de responsabilidade social, tornou-se imprescindível, especialmente se voltados às questões ambientais, que atingem à todos de maneira indistinta. Entretanto, a maior parte

dessas ações, tem partido das empresas privadas, com a visível minimização da presença do Estado também nesse âmbito.

Evidenciam-se as falas dos sujeitos entrevistados:

Existem vários projetos nessa área, que são: a entrega de sementes e hortaliças aos usuários; tem um projeto proposto em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaú, para a entrega de mudas de árvores para os usuários; outro projeto é o Projeto Campo Limpo, no qual são proporcionadas orientações acerca da limpeza do campo, ao redor das casas, é a questão do lixo e da reciclagem. (Sujeito 1)

Existem parcerias com 12 escolas do município de Dois Córregos, com outras empresas que também coletam material reciclável e nos vendem e com compradores da cidade e região. (Sujeito 2)

As parcerias acontecem com a Prefeitura Municipal de Dois Córregos, havendo também, a distribuição de mudas de árvores frutíferas e ornamentais à população da cidade. (Sujeito 3)

Esses projetos sócio-ambientais intersectorializam-se, ou seja, atuam também na educação ambiental e no desenvolvimento sustentável, à medida em que desenvolvem palestras com exibição de vídeos em escolas, conscientizando aos alunos sobre as questões ambientais, incentivando-os a prática da reciclagem e comprando os produtos recicláveis que são levados às escolas por eles. Assim, as escolas estão desenvolvendo meios de captação de recursos para seus projetos próprios, tornando-os sustentáveis e, as empresas reverterem seus ganhos com a reciclagem que também revendem, à projeto de qualidade de vida de seus colaboradores, segundo o qual, concedem bolsas de estudo à seus colaboradores para realizarem cursos de idiomas, técnicos, cursos universitários, especializações e Masters Business Administration (MBA).

Aponta Sachs (2007, p.94):

Nesse novo modelo de planejamento o meio ambiente aparece como uma dimensão do desenvolvimento, na forma de um potencial de recursos, de um espaço ordenável e de promoção da qualidade do meio.

O incentivo, através de projeto de manutenção de limpeza no campo com o recolhimento de produtos recicláveis, não pode deixar de ser lembrado, colaborador que é do combate à propagação de doenças e animais peçonhentos, em áreas rurais.

Outro ponto positivo evidenciado por esses projetos, está no incentivo à um aumento da arborização na cidade e no campo, possibilitando combate ao efeito estufa, à proteção das nascentes.

Por último, mas não menos importante, está o incentivo à uma alimentação saudável e de baixo custo, através da distribuição de sementes de hortaliças aos usuários.

Percebe-se, dessa forma, a importância desses projetos para a comunidade em que estão inseridas essas empresas, pois além de trabalhar questões ambientais, trabalham o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos colaboradores. Em última análise, trabalham permeando as expressões da questão social.

Quanto à participação da comunidade nos projetos sócio-ambientais desenvolvidos, o sujeito 1 e o sujeito 2 concordam com ótimo nível de participação.

Ótimo, porque todas as vezes que desenvolvemos atividades voltadas ao meio-ambiente, sejam elas em forma de passeatas, palestras, campanhas de arrecadação, ou seja, a participação ativa da comunidade, a temos sempre com muita disposição e dedicação e avaliação de todos os trabalhos até hoje foram excelentes. Temos inclusive indicadores de satisfação da comunidade com as ações da empresa e por sinal são resultados que nos motivam a continuar.
(Sujeito 2)

Entretanto, o sujeito 3 declara insatisfação quanto aos resultados, que diz ficarem aquém do esperado. O sucesso ou não de um projeto, talvez se deva à questões metodológicas ou de planejamento, devendo ser reavaliados em casos de resultados inferiores ao esperado.

6.3 O Serviço Social e as ações de responsabilidade social no acesso à Qualidade de Vida

Em relação ao terceiro eixo, Serviço Social e as ações de responsabilidade social, os sujeitos da pesquisa revelaram que este é um espaço ocupacional para os assistentes sociais, porém, ainda está longe de ser amplamente explorado por esses profissionais e por muitas empresas, que por desconhecimento das possibilidades de atuação um assistente social, não possuem esse profissional em seus quadros de colaboradores.

A respeito da existência de um profissional de Serviço Social, em seus quadros associativos, apenas o sujeito 1 declarou existir esse profissional na sua empresa:

Sim, porque na maior parte das atividades desenvolvidas, estas ações são coordenadas e supervisionadas pelo profissional de Serviço Social. (Sujeito1)

O Sujeito 2 declarou que a empresa contrata o profissional de Serviço Social, apenas para serviços específicos e esporadicamente, mas, assim o faz por medida de economia.

Sobre o fato de ser a Responsabilidade Social uma demanda emergente para o Serviço Social, surpreende a declaração do sujeito 3, pela amplitude de visão do mesmo e pela contradição com a declaração do sujeito 2:

Não. Porque a maioria das empresas que optam pelas práticas de Responsabilidade Social, em minha opinião visam algum ‘interesse’ de cunho econômico, coisas de “marketing” para atrair e fidelizar consumidores. (Sujeito 2)

Como é uma necessidade recente no sentido de desenvolvimento, acredito que o profissional formado em Serviço Social, devido a sua grade, experiências, vivências, e com certeza, o foco humano que deve ser trabalhado em todo curso, é o mais indicado para que as empresas possam atender as exigências do mercado, da sociedade enfim da verdadeira responsabilidade social que se inicia “em casa”. (Sujeito 3)

Ocorrem divergências de opinião sobre o assunto, porém, segundo o novo perfil profissional e o surgimento de novas demandas à profissão, não pode existir acomodação e o profissional, deve combater as limitações que lhe são impostas, assumindo riscos e apropriando-se de novas técnicas e conhecimentos, buscando o novo para que sua atuação possa fazer a diferença.

O Serviço Social tem um papel importante na articulação de propostas e ações voltadas para a melhoria na qualidade de vida dos colaboradores. Porém, o assistente social organizacional tem efetivado ações voltadas para a questão da responsabilidade social:

Acredito que não, talvez a maioria dos profissionais têm buscado ONG's, filantropia e até órgão públicos (assist. e saúde) e não dado atenção as empresas privadas, neste ramo pode se haver um grande nicho de oportunidades e empreendedorismo social. Eu acredito muito na ampliação da responsabilidade social empresarial. (Sujeito 2)

O profissional de Serviço Social deve sair de sua “zona de conforto”, desenvolvendo seu marketing pessoal e profissional, lutando para dar visibilidade à profissão que abraçou e

sabendo que as empresas estão desenvolvendo práticas de responsabilidade social, o que requer um profissional com seu perfil de formação acadêmica, seus conhecimentos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético- políticos. Este é um caminho sem volta, todavia, se o profissional do Serviço Social não desbravar esse sertão, outro profissional se apropriará da oportunidade que não é sua, mas que está disposto a assim fazê-la. Quem perde com isso, será toda a categoria profissional e toda a sociedade, por não contar então, com profissionais devidamente preparados para atendê-los em suas necessidades.

A questão da qualidade de vida e dos possíveis benefícios proporcionados pelas ações nas organizações empresariais, desenvolvidas no foco da responsabilidade social. Todos os sujeitos concordaram que as ações trouxeram e continuam a trazer benefícios à todos, de alguma forma, como evidenciado abaixo:

Para a empresa: 1º) Alavancando o interesse de pessoas e profissionais e integrarem nossas equipes vindo trabalhar conosco; 2º) Desenvolvendo competências e habilidades junto aos nossos colaboradores

Para o mercado: melhoria da imagem da empresa e fortalecimento junto aos clientes.

Para os colaboradores: Satisfação e motivação em poder colaborar e ainda desenvolver-se e enriquecer as habilidades e competências múltiplas. ***Para a comunidade:*** melhorias voltadas aos meio-ambiente, educação e maior proximidade à empresa. (Sujeito 2)

O amadurecimento das práticas de responsabilidade social é flagrante e irreversível, fazendo crescer a consciência de que esse tipo de ação deve ser constante, compromissada com a sociedade e envolvendo a todos os atores sociais. Assim, a responsabilidade social empresarial desenvolveu olhar estratégico, incorporando-o à gestão da organização, de seus valores, de sua missão, visão e processos.

A mudança de paradigma e o novo perfil do assistente social, atestam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que afetaram frontalmente a profissão, existindo a necessidade de adequar-se às novas exigências, aprimorando-se constantemente, pois nada está pronto e acabado, muito menos as teorias aprendidas na academia, renovando-se a todo instante, reinventado-se.

7 CONCLUSÃO

Os conceitos de responsabilidade social foram inicialmente implementados na década

de 30 pelos governos e, nos anos 60 os empresários passaram a fazê-lo. Entretanto nos últimos anos, outros agentes sociais tem se comprometido além dos governos, potencializando, assim, as possibilidades de aplicação desses conceitos.

Desafortunadamente, as expressões da questão social assumiram dimensões inimagináveis, necessitando de uma ação conjunta, eficiente e eficaz, redefinindo papéis e o próprio perfil profissional do assistente social. As empresas que possuem uma equipe motivada poderão obter melhores resultados e se elas tiverem a preocupação em ser socialmente responsáveis, seus colaboradores provavelmente estarão mais motivados. De fato, as organizações voltadas à construção de uma responsabilidade social, estão desenvolvendo sólida empatia com os consumidores e um elo de parceria com seus funcionários.

As ações sociais planejadas com base na responsabilidade social e ética, transmitidas de forma adequada, trazem “frutos duradouros” (fidelização de clientes e colaboradores mais produtivos viabiliza mais possibilidades de lucro). Em outras palavras, tais ações de enfrentamento às questões sociais, tem por finalidade a melhoria e promoção da imagem empresarial, portanto, as empresas estão conscientes dos ganhos efetivos que um investimento dessa natureza pode agregar ao seu produto final, entretanto, é apenas um dos motivos que levam as organizações a realizá-lo.

Responsabilidade social corporativa não é somente ajuda, mas também o comportamento ético, a transparência no trato de todas as questões que envolvem a empresa e que influenciem direta ou indiretamente a comunidade próxima ou a sociedade de forma geral. Portanto, “empresa cidadã” está deixando de ser um conceito filosófico norteador de freqüentes ações socialmente responsáveis para se tornar um dever. Debates entre especialistas têm sido realizados para que se encontrem soluções para um consumo sustentável na área pública e na área privada.

A Constituição Federal do Brasil determina que um dos princípios gerais da atividade econômica é a defesa do meio ambiente, até com tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Atenta-se para os cuidados que o consumidor deve ter ao verificar informações que comprovem a rotulagem ambiental, salientando-se que a empresa não está abrindo mão dos resultados financeiros, apenas não quer que os mesmos criem problemas para o meio ambiente.

A certificação “Conselho de Manejo Florestal” FSC(em inglês), selo internacional que atesta o uso correto de florestas para fins comerciais, começa a chegar aos produtos de consumo. Isso se deve ao fato de mais empresas estarem na busca da certificação da “cadeia

de custódia” e, o selo só é concedido após uma auditoria que inclui aspectos sociais e ambientais. O benefício da certificação é o acesso a novos mercados, tendência forte nos mercados internacionais. A grande procura não vem do consumidor, mas da chamada linha institucional, que contempla os brindes corporativos.

A associação da imagem de uma empresa à proteção do meio ambiente, trazem um ganho de visão social positiva junto a seus públicos, concorrentes ou organizações não governamentais (ONG) e, após o processo de certificação, essa empresa poderá estampar o selo indicador de sua responsabilidade para com o meio ambiente. Esse selo é concedido às empresas que se destacam nas seguintes áreas do balanço social: meio ambiente, ambiente de trabalho, ambiente social e qualidade de vida, ambiente urbano, qualidade dos produtos e serviços, desenvolvimento dos direitos humanos e difusão da conduta de responsabilidade social.

Uma forma das empresas tornarem públicos os seus compromissos e ações de responsabilidade social, disseminando o vínculo entre a ética e o processo produtivo, é o balanço social, que nada mais é do que um instrumento de controle sobre as obrigações empresariais relativas a seus atores: empregados, clientes, fornecedores, financiadores e comunidades (todas as três esferas de poder, além das obrigações relacionadas aos proprietários)

Assim, muitas empresas estão descobrindo que apoiar eventos beneficentes de forma isolada não lhe garante resultados satisfatórios perante a sociedade. Portanto, as organizações empresariais devem investir e administrar suas ações sociais com seriedade, pois, a sociedade como um todo mostra-se cada vez mais sensibilizada às questões sociais.

As ações do assistente social que atua em organizações empresariais, deixaram de ser ações filantrópicas pontuais e voltadas à um público específico. Atualmente, abrangem as comunidades em que está inserida a empresa e as relações com os colaboradores, fornecedores, clientes externos, acionistas (stakeholders), meio ambiente, empresas concorrentes e governo; dessa forma, contribuem para influenciar nas decisões e auxiliar na definição de estratégias e modelo de gestão.

A presente pesquisa oportunizou o conhecimento das possibilidades de atuação do Serviço Social organizacional na contemporaneidade, especialmente em relação aos projetos sociais desenvolvidos no âmbito da responsabilidade social, visando a melhoria da qualidade de vida dos clientes internos, externos e população das comunidades circunvizinhas.

Foi constatado que, embora seja um novo campo de ação para os assistentes sociais, estes ainda não o desbravaram e não desenvolveram seu marketing da profissão de maneira a demonstrar suas potencialidades ao mundo empresarial que, muitas vezes as desconhecem e,

portanto, não possuem um profissional do Serviço Social em seu quadro de colaboradores.

Diante dos dados obtidos, a hipótese foi comprovada, tendo sido evidenciada a ampliação do espaço profissional do assistente social, demonstrando-se que um Serviço Social organizacional atuante nos projetos sociais da empresa, focados na responsabilidade social empresarial, é exemplo do redimensionamento profissional, dando uma visão geral dessa forma de inserção e atuação do assistente social no referido campo.

Os objetivos de se conhecer a atuação e possibilidades do Serviço Social organizacional contemporâneo, especialmente em relação aos projetos sociais desenvolvidos no foco da responsabilidade social, que visem a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, quer clientes internos, externos ou população das comunidades circunvizinhas, foram atingidos, uma vez que ficou evidenciado que para sua sobrevivência na atualidade, as empresas estão adotando novas práticas de gestão, implementando práticas e políticas internas pautadas em preceitos éticos, fundamentando-se nos direitos humanos, potencializando a minimização das desigualdades sociais, através da busca pelo desenvolvimento sustentável.

Como objetivos específicos, identificou-se o significado da responsabilidade social para o Serviço Social contemporâneo articulada aos projetos sociais, como referindo-se a ações voltadas aos benefícios sociais para os colaboradores e público alvo de uma empresa, implicando em gestão ética que busque a sustentabilidade dos projetos e constante aprimoramento profissional.

Houve unanimidade entre os sujeitos pesquisados quanto ao desenvolvimento de projetos sociais pelas empresas que adotaram práticas de responsabilidade social, especialmente se voltados às questões relativas ao meio ambiente, dados os impactos ambientais da poluição do ar e da água, que atinge a todos de maneira indistinta. Todavia, a maior parte dessas ações, parte das empresas privadas, notando-se uma crescente minimização da presença do Estado também nesse âmbito.

Evidenciou-se pelas falas dos sujeitos participantes da pesquisa, que a intencionalidade das empresas ao assumirem práticas de responsabilidade social, não restringe-se à melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, quer sejam internos, externos, acionistas, concorrentes e comunidade onde se insere a empresa. A motivação em assumir tais práticas, deve-se também à questão de sobrevivência da organização empresarial no mundo dos negócios e de maior capitalização de seus ativos, assim, para as empresas é um tipo de relacionamento onde todos ganham em todos os sentidos, quer físico, social, econômico, cultural ou até mesmo político.

A prática de responsabilidade social pelas empresas, demonstra que um programa nesse

âmbito, traz resultados positivos para a sociedade e para a empresa, porém, faz-se necessário que a empresa desenvolva a cultura da responsabilidade social, incorporando-a ao seu pensamento. Desenvolver programas sociais apenas para divulgar a empresa, ou como forma compensatória, não traz resultados positivos sustentáveis no longo prazo, ao contrário, porque o consumidor e toda a comunidade, perceberão a intencionalidade apenas como marketing e não como prática de responsabilidade social.

O desafio, é realizar uma leitura reflexiva para se determinar as repercussões das transformações produzidas pelo avanço do neoliberalismo e da globalização cada vez mais abrangente, que modifica espaços profissionais com extrema rapidez, incluindo-se aí, os espaços criados e ocupados ou não, pelos profissionais de Serviço Social, que buscam a transformação societária com mais equanimidade e justiça.

Esperara-se que as informações e reflexões resultantes dessa pesquisa, transmitam a percepção de que os espaços apresentados ao Serviço Social contemporâneo, exigem um profissional que esteja constantemente buscando capacitação e que atue em áreas antes inimagináveis. Inexistem dúvidas quanto ao espaço criado nas organizações empresariais, para os assistentes sociais, basta que esses profissionais, despertem para a existência desse novo espaço e o ocupem com toda a capacidade e preparo que lhes é proporcionado por seus conhecimentos ético-políticos e teórico-práticos, dentro de uma visão crítica e dialética.

SUGESTÕES

Como sugestões e com base nas conclusões desse estudo, propõe-se:

- a) Desenvolver um trabalho de marketing da profissão, demonstrando-se a ação e valorização do profissional de Serviço Social;
- b) Divulgação da atuação do assistente social frente aos projetos sociais no âmbito da responsabilidade social empresarial;
- c) Sensibilizar aos assistentes sociais para as possibilidades de atuação no campo da responsabilidade social organizacional.

REFERÊNCIAS:

ABREO, ANA CAROLINA S. B. **Contemporaneidade e Serviço Social:** contribuição para interpretação das metamorfoses societárias. Londrina: UEL, 2000. 85p.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1224 p.

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord.) et al. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2003, 205p.

ATAURI, Ilda Chicalé. **AS NOVAS FORMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL E O SERVIÇO SOCIAL ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO DA CAPACITAÇÃO HUMANA.** Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2001.50p.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.199p.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 6ed. São Paulo: Cortez, 2003. 176p.

COSTA FILHO, Adalberto Vieira. **Responsabilidade Social das Empresas.** São Paulo: Peirópolis, 2005. v.3. 494p.

ESTEVES, Sérgio Antônio P. (org.). **O Dragão e a Borboleta:** Sustentabilidade e Responsabilidade Social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi, 2000. 310 p.

FALEIROS, Vicente Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1999. 207p.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 221p.

FORRESTIER, Viviane. **O Horror Econômico.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. 196p.

GARRIDO, Luiz. **La Sociedad Global, Educación, Mercado y Democracia.** Santiago de Cuba: Abril, (1997). 235p.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez; AGUADO, Octavio Vázques.; PÉREZ, Alejandro Gaona (orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2004. 135p.

GROPPO, Luís Antônio. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XXVIII, n.91, p.143-162. set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempos de globalização.** In: Revista Inscrita, n.3, Rio de Janeiro: CFESS, 1998. p.24-35.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 8ed. São Paulo: Cortez, 2005. 326p.

KOIKE, Mariana. **Caracterização de área de Serviço Social.** Brasília: Secretaria de Educação Superior, 1997.

KURZ, Robert. A origem destrutiva do capitalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 de mar. 1997. Internacional, p.25.

LEGGET, Jeremy. (ed.). **Aquecimento Global: O Relatório do Greenpeace.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. 516p.

LOPES, Ignez Vidigal.(org) et al. **GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: EXPERIÊNCIA E SUCESSO.** 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 408p.

MAY, H. Peter; LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 318p.

MEISTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001. 320p.

MIFANO, Gilberto. **A crise mundial de confiança nas empresas: uma questão de responsabilidade social.** Acessado em: 07 abr 2008. Disponível em:

www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID+3709&Alias=uniethos&Lang=pt-BR.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Serviço Social frente ao neoliberalismo: Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional.** In: Serviço Social e Sociedade. n. 53. São Paulo, Editora Cortez, 1997. 198 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004. 135p.

MOREIRA, Joaquim Manhaes. **A ÉTICA EMPRESARIAL NO BRASIL.** São Paulo: Pioneira, 1999. 247p.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Editora Cortez, 1996.

NUNES, Antônio José A. **Neoliberalismo e direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 135p.

RICO, Elisabete Melo. **Teoria do Serviço Social de Empresa: Objeto e Objetivos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987. 121p.

RODRIGUES, Marcus Vinicius C. **Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no nível gerencial.** Petrópolis: Vozes, 2001. 208p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. (org.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços Regionais.** 2ed. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 1999. 377p.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007. 472p.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **Formação Profissional do Assistente Social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. São Paulo: Cortez, 1995. 128p.

SILVA, M.A. DIAS; DE MARCHI, Ricardo. **Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997. 288p.

SPOSATI, Aldaíza O. et al. A assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. São Paulo: Cortez, 1985.

SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. 2ed. São Paulo: Campus, 1998. 408p.

_____. **Ética Empresarial**. 2ed. São Paulo: Campus, 2003. 416p.

TREVISAN, Rosana. **Michaelis** : Novo Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2007. 754p.

TOURAINÉ, Alan. Luz no fim do túnel. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 13 dez. 1997, Economia, p.22.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectivas. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo: USP, v.8, n.1, p. 23-35, jan-mar, 2001.